

A reação do *basileus* Heráclio (c. 575-641) frente aos judeus e árabes no *Livro IV* da *Crônica* de Fredegário (†c. 660): ameaças apocalípticas?¹

Guilherme Queiroz de Souza

Doutorando em História - UNESP/Assis (CAPES)
guilhermehistoria@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho, apresentamos a forma com que o cronista merovíngio Fredegário (†c. 660) descreveu a política religiosa e militar do *basileus* Heráclio (c. 575-641) frente aos judeus e árabes, respectivamente. Tais povos foram representados pelo cronista como ameaças apocalípticas que deveriam ser detidas de qualquer forma antes do Juízo Final. Além disso, focalizamos (em um plano secundário) em como Fredegário concebeu a imagem de Heráclio a partir da reação do *basileus* diante destes inimigos. Para tanto, empregamos como fonte documental o *Livro IV* da *Crônica* de Fredegário, particularmente os capítulos 65, 66 e 81.

Palavras-chave: Heráclio; Judeus; Árabes; Fredegário; Apocalipse.

Abstract

In this work, we present the means by which the merovingian chronicler Fredegar (†c. 660) described the religious and military politics of *basileus* Heraclius (c. 575-641) against the Jews and Arabs, respectively. Such peoples were represented by the chronicler as apocalyptic threats that should be detained in anyway before the Last Judgement. Furthermore, we focus (in a secondary stage) on how Fredegar conceived the image of Heraclius from the reaction of *basileus* in the presence of these enemies. For this, we use as documental *corpus* the *Book IV* of Fredegar's *Chronicle*, particularly the chapters 65, 66 and 81.

Keywords: Heraclius; Jews; Arabs; Fredegar; Apocalypse.

Fredegário: vida e obra

A *Crônica* de Fredegário (ou “Pseudo-Fredegário”), um conjunto de textos produzidos na Gália merovíngia, descreve a “história universal” até meados do século VII. Juntamente com os *Decem Libri Historiarum* (“Dez Livros de História”, c. 575-591), do historiador galo-romano e bispo Gregório de Tours (c. 540-594), a obra é considerada uma fonte fundamental sobre a história dos francos.

Na realidade, o texto (escrito em latim)² foi compilado por um autor anônimo, mas por convenção é comum chamá-lo de *Fredegarius* (“Fredegário”), denominação estabelecida no século XVI (Devillers; Meyers 2001: 05-06). Existe a hipótese – cada vez menos aceita – de que dois ou três autores tenham escrito a obra,³ argumento criticado pela edição na qual nos baseamos.

Seja como for, os dados biográficos de Fredegário são parcos; o pouco que sabemos indica que ele era provavelmente oriundo da Borgonha (*Burgundia*) e que morreu por volta de 660. Apesar de não se interessar tanto pela história eclesiástica, Fredegário não pode ser considerado um membro do “partido laico”, em oposição a Gregório de Tours, membro do “partido episcopal” (Cândido da Silva; Mazetto Júnior 2006: 98).

Para realizar a presente pesquisa, focalizamos o *Livro IV*, também conhecido como *Sexta Crônica*. Esse texto abrange os acontecimentos entre 584 e 642, embora o autor também mencione alguns fatos do fim da década de 650. No *Prólogo* desse livro, Fredegário indica algumas fontes (principalmente listas cronológicas) que usou para escrever os três livros anteriores:

(...) analisei com a máxima atenção as crônicas de São Jerônimo, de Idácio, de um sábio anônimo, aquela de Isidoro, como também a de Gregório, desde a origem do mundo até o declínio do reino de Gontrão (Fredegário 2001: 59)⁴

Após narrar os fatos da época de Adão ao reinado de Gontrão (561-592) (*Livros I, II e III*), a *Crônica* torna-se uma produção original (*Livro IV*), sem a intertextualidade anterior. Escrita de maneira factual, a obra tem como finalidade, como o próprio autor destaca, descrever “os atos dos reis e as guerras conduzidas pelos povos” (Fredegário 2001: 61). Assim como outras fontes medievais, a *Crônica* ganhou “continuações”, que avançaram a redação do texto até 768, ano em que se iniciou o governo de Carlos Magno (c. 742-814) e Carlomano (c. 751-771).

Fredegário não parece ser testemunha ocular dos eventos que relatou, mas isso não torna a obra dele menos importante. As informações expostas demonstram que o autor tinha acesso a diferentes fontes – a saber, arquivos reais, clericais e de embaixadores que estiveram em regiões como a Hispânia.⁵ Seguindo uma ordem cronológica, Fredegário apresenta vários reinados e acontecimentos políticos dos séculos VI-VII, ao mesmo tempo em que evidencia conhecer fatos que ocorriam no Oriente e no norte da África.

A principal explicação para a chegada de informações sobre os judeus e árabes aos olhos e ouvidos de Fredegário foi o contato (direto ou indireto) dele com embaixadores que estiveram no Oriente. Para redigir a obra, o autor “filtrou” as informações que recebeu; nesse processo, Fredegário destacou certos fatos e desprezou outros. Com efeito, “ler, olhar ou escutar são, efectivamente, uma série de atitudes intelectuais que (...) permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência” (Chartier 1990: 59-60).

Heráclio e a “questão judaica” na Gália merovíngia

Após relatar a vitória do *basileus*⁶ Heráclio (c. 575-641) contra os persas sassânidas,⁷ Fredegário descreve – entre os capítulos 65, 66 e 81 – o perigo que os judeus e árabes representavam para os cristãos. Antes, o cronista merovíngio salienta que Heráclio era um governante sábio e, sendo “profundamente erudito, praticava a astrologia” (Fredegário 2001: 157). A astrologia pode ser definida como o “estudo e/ou conhecimento da influência dos astros, especialmente dos signos, no destino e no comportamento dos homens” (Ferreira 1986: 188).

Embora Santo Agostinho (354-430) na obra *A Cidade de Deus* criticasse (em tons irônicos) a astrologia,⁸ alguns pensadores do século IV como Fírmico eram mais tolerantes. As práticas astrológicas podiam ser vistas no fim do século V na Gália e na Hispânia, onde autores como São Martinho de Braga (520-580) e Isidoro de Sevilha (c. 560-636) as empregavam. No Oriente, a astrologia bizantina, muito dinâmica no que tange aos horóscopos políticos, beneficiou-se das contribuições islâmicas (a partir do século VIII) e foi apreciada até a queda de Constantinopla (Boudet 2000: II, 123; Bréhier 1955: 205-209).

Fredegário informa-nos que, “pela vontade de Deus”, a astrologia de Heráclio indicou que o “Império seria devastado por povos circuncidados” (2001: 157). A partir dessa passagem, observamos que o vaticínio do *basileus* serviu para revelar um desígnio divino que advertiu o soberano. Na concepção de Heráclio, o povo circuncidado capaz de ameaçar Bizâncio só poderia ser um: o judeu. Fredegário relata-nos que, devido às relações diplomáticas com o rei merovíngio Dagoberto (c. 603-639),⁹ Heráclio enviou uma embaixada ao rei franco “pedindo que todos os judeus do reino [merovíngio] fossem batizados conforme a fé católica. Dagoberto atendeu prontamente esse pedido” (2001: 157).

De fato, a conversão do “povo deicida” (os judeus) era fundamental no pensamento escatológico cristão que, desde Santo Agostinho, postulava essa prática como preparação para o Juízo Final (Richards 1993: 99-100). No Prólogo da *Crônica* de Fredegário, vimos que o cronista leu as obras de São Jerônimo e Isidoro de Sevilha, autores que defendiam posturas anti-judaicas e perspectivas escatológicas. O compilador da Bíblia *Vulgata*, por exemplo, acreditava na origem judaica do *Anticristo* e que este governaria o mundo por alguns anos antes do Juízo Final. O bispo de Sevilha, por sua vez, foi influenciado pelos escritos de Gregório Magno (c. 540-604), pontífice que classificou o período em que vivia como próximo do fim do mundo e, por esse motivo, pregava a conversão dos pagãos (Le Goff 1984: 442).¹⁰

Aparentemente, a política merovíngia não foi a única influenciada por Heráclio. Em outro reino romano-germânico, o visigodo, curiosamente encontramos um caso similar. Em 616, durante o reinado de Sisebuto (612-621), ocorreram conversões forçadas de judeus. A historiografia do século XIX apontou que essas conversões foram pedidas por Heráclio em uma cláusula do tratado de paz assinado com Sisebuto, pois a astrologia do Imperador tinha indicado que o “povo circuncidado” representava um enorme perigo (Feldman 2004: 101-102).

O problema é que Heráclio não tinha força para impor este tipo de atitude a Sisebuto. Os acontecimentos ocorridos no Oriente (a invasão sassânida e a ajuda dos judeus aos persas na tomada de Jerusalém) podem ter influenciado o comportamento do rei visigodo, mas não em função dos termos impostos ou sugeridos pelo *basileus* (Feldman 2004: 102). Além disso, somente uma década e meia após o gesto de Sisebuto foi que Heráclio iniciou a conversão dos judeus à força nos territórios bizantinos (632). O próprio Fredegário confirma a proposta de conversão: “em todas as províncias do

Império, Heráclio decretou fazer o mesmo [converter os judeus], porque ele ignorava de onde este flagelo surgiria para atingir o Império” (2001: 157).

No caso merovíngio, autores como Herrera Cajas apresentam a mesma opinião quanto ao peso da influência de Heráclio na “questão judaica”. Ao discordar de uma “intervenção legislativa” do *basileus* na política de Dagoberto (argumento do estudioso Louis Gasquet),¹¹ o historiador chileno observa que Heráclio (nas palavras de Fredegário) tratou a questão dentro do Império de maneira diferente, o que pode ser observado numa análise terminológica: Heráclio pediu (*petens*) ao rei Dagoberto a conversão dos judeus, ou seja, fez uma mera recomendação, diferentemente do decreto (*decrevit*) lançado pelo *basileus* nas províncias bizantinas, uma ordem (Herreja Cajas 1998).

Alguns pesquisadores avaliam se, de fato, existiu uma conversão forçada de judeus na Gália merovíngia (632-633) por ordem de Dagoberto, conduta sugerida por Heráclio. O historiador Bernhard Blumenkranz (2006: 99-100) afirma que a história é fruto da imaginação de Fredegário; por outro lado, Michel Rouche (2003: 225-242) acredita numa conversão nesse período, política religiosa que estaria diretamente relacionada ao pedido do *basileus*.

Seja como for, observamos que Fredegário representou Heráclio como um “bom cristão”, um governante sábio e, por isso, preocupado com um possível perigo judaico: era um defensor da “verdadeira fé”. Realmente, Heráclio foi respeitado e considerado um modelo régio; em contrapartida, os reis germânicos do Ocidente ainda mantinham certo receio quanto às intenções do *basileus* e da política externa bizantina. Tal sentimento era justificado: no século VI, a campanha do Imperador Justiniano (483-565) havia recuperado vários dos antigos territórios romanos do Ocidente.

A “invasão apocalíptica” dos muçulmanos através das “Portas Cáspias”

Os agarenos,¹² ou sarracenos, como atesta o livro de Orósio,¹³ uma nação circuncidada, permaneceram muito tempo nas encostas do Cáucaso (...). Quando se tornaram muito numerosos, eles finalmente pegaram em armas e se lançaram sobre as províncias do Imperador Heráclio para arrasá-las (Fredegário 2001: 157-159)

Assim, Fredegário apresentou os árabes e o início da expansão islâmica. Na visão do cronista merovíngio, tratava-se do perigoso “povo circuncidado” que invadiu o Império, ao contrário dos judeus que Heráclio havia apontado. Fredegário não menciona o Profeta Maomé (c. 570-632) e a união das tribos que propiciou a expansão islâmica; em vez disso, o autor indica que o aumento demográfico fez com que os árabes iniciassem uma ofensiva militar que varreu as províncias de Bizâncio. Não obstante, o cronista erroneamente aponta a região do Cáucaso (entre o mar Negro e o mar Cáspio) como o local de origem dos árabes, ignorando o território de onde eles provinham (a Península Arábica).

Foi então que Heráclio, preocupado com essa nova invasão, decidiu agir e despachar soldados para deter os muçulmanos:

Quando eles começaram a lutar, os sarracenos foram mais eficazes e os fizeram perecer pela espada, sem misericórdia. É relatado que, durante a batalha, cento e cinquenta mil soldados foram mortos pelos sarracenos (Fredegário 2001: 159)

Trata-se da batalha de Ajnadayn (634), travada ao sul da cidade Beit Shemesh, no atual Israel. Segundo Walter Kaegi (apoiado em uma observação de Walter Goffart), Fredegário empregou diretamente ou indiretamente alguma fonte oriental (talvez em siríaco ou grego) para relatar o acontecimento, pois era muito cedo para que ele tivesse em mãos uma fonte árabe. A outra possibilidade é que esse trecho da *Crônica* foi posteriormente interpolado (Kaegi 2010: 98). Heráclio, que nessa época estava em Emessa (atual Homs, na Síria), ao ouvir a notícia da derrota bizantina, retirou-se para Antioquia.

Em 635, os árabes capturaram Emessa e, em seguida, Damasco. Diante da situação caótica, Fredegário indica que Heráclio desejava uma revanche sobre os sarracenos, pois tinha reunido uma “grande multidão de soldados de todos os lugares, de todas as províncias do Império” (2001: 159). Os aliados dos bizantinos eram, principalmente, armênios e gassânidas (árabes cristãos).

O deslocamento das tropas e os preparativos para o novo confronto foram ordenados por Heráclio. A seguir, Fredegário narra uma batalha decisiva na qual menciona dois poderosos exércitos com centenas de milhares de combatentes e uma estrutura defensiva:

Heráclio tinha enviado uma embaixada para as Portas Cáspias, as portas de bronze que o Macedônio Alexandre, o Grande, tinha construído sobre o mar Cáspio e que ele ordenou fechar em razão do fluxo de nações cheias de barbárie que habitavam para além dos cumos do Cáucaso. Heráclio então ordena a abertura das Portas. Ele traz cento e cinquenta mil combatentes (...). Os sarracenos (...) eram cerca de duzentos mil homens (Fredegário 2001: 159)

A partir do século III a.C., fontes de diferentes origens engendraram a lenda sobre as “Portas Cáspias”, muralhas que tinham sido construídas por ordem de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), rei da Macedônia.¹⁴ Tais edificações lendárias pretendiam isolar os povos “bárbaros” do mundo helenístico. De fato, na região do Cáucaso estão localizadas algumas muralhas, mas elas foram erigidas por monarcas persas das dinastias arsácida (ou parta [sécs. II a.C.-III d.C.]) e sassânida (sécs. III-VII).

Somada à iniciativa de conversão dos judeus como preparação para o Juízo Final, tais características conferem à expansão árabe no texto de Fredegário um sentido apocalíptico (Tolan 2007: 107). Os cristãos medievais costumavam reconhecer nas sucessivas invasões que sofriam (germanos, magiares,¹⁵ mongóis, etc.) os povos Gog e Magog descritos na Bíblia, ou seja, os exércitos que Satã liberaria para esmagar a humanidade no final dos tempos.¹⁶ O livro do *Apocalipse* – capítulo 20, versículos 7-8 – assinala:

Quando se completarem os mil anos, Satanás será solto de sua prisão e sairá para seduzir as nações dos quatro cantos da terra, Gog e Magog, reunindo-as para o combate; seu número é como a areia do mar (A Bíblia de Jerusalém 1985: 2325)

Durante a Primeira Idade Média (sécs. IV-VIII), tais povos eram considerados canibais terríveis, sempre associados aos constantes invasores que ameaçavam os cristãos. Assim, Santo Ambrósio (340-397) identificou como sendo Gog os godos, ao mesmo tempo em que São Jerônimo (c. 347-420) os aproximou dos citas. No Império Romano do Oriente, Jordanes (séc. VI) viu nos godos, Magog, enquanto Procópio de Cesareia (c. 500-562) associou os hunos aos povos que Alexandre, o Grande, tinha trancafiado nos confins do mundo (Bietenholz 1994: 125).

Nessa esteira, Fredegário apresentou a invasão dos árabes, povos que nas primeiras décadas do século VII se unificavam e cujo poderio guerreiro da *jihad* (“guerra santa”) era desconhecido. Tal conjuntura, somada ao vaticínio de Heráclio, explica porque o *basileus* apontou – sem pestanejar – os judeus como o perigoso “povo circuncidado”. Ao mencionar os árabes, o cronista merovíngio não empregou os nomes “Gog” e “Magog”, mas como refletiu Peter Bietenholz (1994: 125), na concepção de um cristão do século VII quais eram os povos “bárbaros” que habitavam para além do Cáucaso e que foram isolados por Alexandre?

A coragem de Heráclio fez com que o *basileus* ordenasse a abertura das “Portas Cáspias” para o confronto. Para a desgraça do soberano, além da deserção dos gassânidas e da revolta dos armênios (Mantran 1977: 82), um ataque noturno muçulmano (de acordo com Fredegário) dizimou o exército bizantino: “cinquenta e dois mil soldados de Heráclio foram mortos à noite” (2001: 159). Trata-se da batalha às margens do rio Yarmouk (636).

Fredegário concebeu a derrota bizantina como um “castigo de Deus”, pois rotulou o ataque islâmico de *gladio Dei* (“espada de Deus”) e a batalha de *devino judicio* (“juízo divino”). O avanço árabe logo conquistou Antioquia (637) e, assim, forçou a evacuação da Síria (o próprio *basileus* embarcou em um navio para Constantinopla). A queda de Jerusalém é mencionada indiretamente: “Como eles [árabes] já estavam próximos de Jerusalém, Heráclio viu que não poderia se opor à violência deles” (Fredegário 2001: 159).

De fato, em fevereiro de 638, após um longo sítio, os muçulmanos tomaram a Cidade Santa. Para os atônitos cristãos, restava lembrar que as relíquias estavam sãs e salvas em Constantinopla, pois tinham sido transportadas (secretamente) para a capital bizantina quando o perigo islâmico se aproximara. Fredegário descreve os efeitos que as perdas territoriais causaram em Heráclio:

Ele concebeu uma profunda amargura e muita tristeza e, para a sua desgraça, logo abraçou a heresia de Eutiques,¹⁷ abandonou o culto de Cristo e tomou como esposa a filha da irmã dele.¹⁸ Ao enfrentar uma febre, ele terminou a vida atormentado (Fredegário 2001: 159-161)

Podemos perceber que a passagem supracitada, tanto em relação à heresia de Heráclio quanto à união com Martina (c. 598-641), a sobrinha dele, não é extensivamente ácida nem uma crítica enfadonha. Antes de Fredegário, Gregório de Tours havia censurado as escolhas matrimoniais de Gontrão, mas nem por isso deixou de ver nele um modelo de rei cristão. Ao longo do relato gregoriano, a ambigüidade comportamental de Gontrão demonstra que o rei oscilava entre o pecado e a virtude (Freitas 2007: 148-150, 165).¹⁹

Igualmente, Fredegário reconheceu – com lamentação, sem dúvida – o fato de Heráclio ter abraçado o *monofisismo*, doutrina cristológica elaborada pelo monge Eutiques (c. 380-456), que foi condenada no Concílio de Calcedônia (451). Entretanto, o autor não abominou impetuosamente o caso, pois a escolha do *basileus* era o resultado do sentimento de culpa e profunda decepção sentida após a captura de Jerusalém pelos árabes. Para um governante cristão exemplar, perder a Cidade Santa logo após tê-la recuperado era algo impensável, capaz de deixá-lo desorientado e perturbado.

Na *Crônica* de Fredegário, antes de interferir na “questão judaica” da Gália merovíngia e de enfrentar os muçulmanos, Heráclio havia destronado em Constantinopla a tirania do Imperador Focas (602-610) e vencido triunfalmente os persas sassânidas: o governante era descrito como um “novo Davi” (2001: 155). Logo depois, como vimos, o soberano foi considerado um “bom cristão” e o defensor da

“verdadeira fé”. Contudo, no fim do relato, o católico Fredegário condenou a adesão de Heráclio ao *monofisismo* e a escolha matrimonial do *basileus*.

Os textos medievais caracterizam os heróis com duas peculiaridades ambivalentes: apesar de atitudes heroicas, eram pecadores por algum motivo (Le Goff 2010a: 157). Nem mesmo o bíblico Davi – retomado como um arquétipo régio – era considerado perfeito, fato que não o impedia de ser o modelo de bom rei, sempre fiel a Javé (Le Goff 2010b: 346-347).

Após a morte de Heráclio (11 de fevereiro de 641), “o filho dele, Constantino, o sucedeu como Imperador. Nesse governo, o Império foi brutalmente arrasado pelos sarracenos” (Fredegário 2001: 161). Realmente, Constantino III (612-641) assumiu o trono, sendo governante por apenas quatro meses, tempo suficiente para Fredegário (surpreendentemente) indicar que nesse período o Império foi devastado pelos árabes, poupando Heráclio da responsabilidade nas perdas. No entanto, foi durante o governo do *basileus* que importantes províncias orientais foram perdidas: a Síria-Palestina e o Egito.

Em outro ponto da *Crônica*, Fredegário retomou a invasão árabe. Dessa vez, o autor mudou de opinião sobre em qual governo ocorreu a tomada das províncias bizantinas. Porém, a atitude de preservar Heráclio novamente apareceu, pois o cronista merovíngio aponta agora o governo de Constante II (641-668), filho de Constantino III, como a época em que os territórios foram capturados:

Nesse ano, o Imperador Constantino morreu. Constante, o filho dele, ainda menino, com o aval do Senado, ascende ao Império. Nesse período, o Império foi seriamente devastado pelos sarracenos. Jerusalém foi tomada pelos sarracenos e outras cidades saqueadas. O Egito superior e inferior [Alto e Baixo] é invadido (...); Alexandria é capturada e pilhada. Toda a África é devastada e ocupada pouco a pouco pelos sarracenos; lá, o patrício Gregório foi morto [648] pelos sarracenos. Apenas Constantinopla, com a província da Trácia e algumas ilhas, e também a província romana [Exarcado de Ravena], tinham permanecido sob a autoridade do Império (Fredegário 2001: 183-185)

Na Antiguidade e Idade Média, o Egito não era considerado parte da África. No fim de 639, os árabes invadiram o Baixo Egito, rapidamente capturaram Pelusa e, em seguida, derrotaram os bizantinos em Heliópolis (junho de 640). Após um acordo, as tropas de Bizâncio entregaram Alexandria (setembro de 642) aos muçulmanos, que logo ocuparam o sul da província egípcia. Segundo Robert Mantran, com a “conquista do Egito encerra-se a primeira fase da expansão muçulmana” (1977: 83).

A seguir, os árabes invadiram a Cirenaica e a Tripolitânia (norte da atual Líbia), regiões conquistadas entre 643 e 644. Diante da ameaça sarracena, o exarca de Cartago, Gregório, que havia se rebelado de Constantinopla (devido à ambições políticas e divergências teológicas) e se auto-proclamado “Imperador da África”, tentou conter o avanço islâmico. No entanto, as tropas do exarca não conseguiram as vitórias almejadas e, em 648, a capital Sbeitla foi tomada (Mantran 1977: 107-108; Pirenne 1970: 135-136). Ao se referir à “toda a África”, Fredegário queria mencionar tais regiões, ou seja, o Exarcado de Cartago (ou “da África”). Nessa época, os navios sarracenos ameaçavam cada vez mais os domínios cristãos no Mediterrâneo; em 655, na “Batalha dos Mastros”, os muçulmanos conseguiram a primeira grande vitória naval sobre os bizantinos (Lewis 1982: 77).

O historiador francês Jean Flori argumenta – em nossa opinião precipitadamente – que o “Ocidente somente se interessou pelos muçulmanos quando estes chegaram à parte ocidental do Mediterrâneo” (2003: 233-234) (após 660). Sem mencionar a *Crônica* de Fredegário, Flori emprega para comprovar essa tese a obra de Beda, o

Venerável (c. 672-735), e a *Crônica Moçárabe* (ou *Crônica de 754*), de um autor anônimo. Entretanto, vimos que Fredegário não só registrou a invasão árabe como viu nela um terrível perigo apocalíptico.

A fulminante conquista muçulmana não impressionou apenas Fredegário, mas também alguns eruditos contemporâneos. No início do século XX, o historiador belga Henri Pirenne (1862-1935) lançou a clássica tese (atualmente revisada) de que a expansão islâmica fechou o mar Mediterrâneo aos cristãos ocidentais, o que resultou num rápido e profundo declínio do comércio.²⁰

Após a morte de Fredegário (c. 660), a ofensiva árabe ainda prosseguiria. Durante o período Omíada (661-750), apesar das investidas – sem sucesso – contra Constantinopla (678 e 717/718), os muçulmanos conquistaram todo o norte da África e, logo depois, invadiram a Europa: a Hispânia (711) e a Gália, onde o efetivo islâmico (árabes e berberes) foi contido inicialmente por Eudes da Aquitânia (c. 650-735) em Toulouse (721) e, posteriormente, por Carlos Martel (714-741) próximo a Poitiers (732).²¹

Fredegário não viveu para ser testemunha ocular da invasão muçulmana da Gália. Contudo, a irrupção islâmica através das “Portas Cáspias”, a derrota de Heráclio (o “novo Davi”) e o fato de os muçulmanos conseguirem vitórias espetaculares (superando a expansão sassânida anterior), fizeram com que o cronista merovíngio temesse e imaginasse uma invasão apocalíptica.

Fontes

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

FREDEGÁRIO. *Chronique des temps mérovingians (Livre IV et Continuations)*. Texte latin, traduction, introduction et notes par Olivier Devillers et Jean Meyers. Turnhout: Brepols, 2001.

GREGÓRIO DE TOURS. *Histoire des Francs*. Traduit du latin par Robert Latouche. Paris: Les Belles Lettres, 1996.

JEAN DE MANDEVILLE. *Viagens de Jean de Mandeville*. Tradução, introdução e notas Susani Silveira Lemos. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus (contra os pagãos)*. Parte II. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990.

Bibliografia

BALARD, Michel. Bizâncio visto do Ocidente. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coords.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. I. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006, pp. 129-138.

BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BIETENHOLZ, Peter G. *Historia and fabula: myths and legends in historical thought from antiquity to the modern age*. New York: Brill, 1994.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BLUMENKRANZ, Bernhard. *Juifs et chrétiens dans le monde occidental, 430-1096*. Paris-Louvain: Peeters Publishers, 2006.

BOUDET, Jean-Patrice. Astrology. In: VAUCHEZ, André; DOBSON, Richard Barrie; LAPIDGE, Michael (eds.). *Encyclopedia of the Middle Ages*. Vol. 2. Cambridge: James Clarke & Co Ltd, 2000, pp. 123-124.

- BRÉHIER, Louis. *La Civilizacion Bizantina*. México, D. F.: Editorial Hispano Americana, 1955.
- BRÉHIER, Louis. *Le Monde Byzantin. Vie et mort de Byzance*. Paris: Éditions Albin Michel, 1948.
- BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CLARAMUNT. Salvador. El Oriente Próximo del siglo IV al VII. El Imperio sasaní. In: CLARAMUNT. Salvador *et alii. Historia de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 1995, pp. 45-52.
- CUSTÓDIO, Pedro Prado. *Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração*. São Paulo: Annablume, 2006.
- DEVILLERS, Olivier; MEYERS, Jean. Introduction. In: FREDEGÁRIO. *Chronique des temps mérovingiens (Livre IV et Continuations)*. Texte latin, traduction, introduction et notes par Olivier Devillers et Jean Meyers. Turnhout: Brepols, 2001, pp. 05-53.
- FELDMAN, Sérgio Alberto. *Perspectivas da unidade político-religiosa no reino hispano visigodo de Toledo: as obras de Isidoro de Sevilha e a questão judaica*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FLORI, Jean. *La guerra santa. La formación de la idea de cruzada en el Occidente cristiano*. Madrid: Editorial Trota, 2003.
- FREITAS, Edmar Checon de. Gontrão: rei, sacerdote, santo. *Mirabilia. Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, 7, 2007, pp. 144-167. Disponível em: http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num7/numero7_10.html. Acesso em 1 de Março de 2011.
- GASQUET, Louis Amédée Ulysse. *L'Empire byzantin et la Monarchie franque*. Paris: Hachette Language, 1888.
- GOFFART, Walter A. The Fredegar Problem Reconsidered. In: GOFFART, Walter A. *Rome's Fall and After*. London: Hambledon Press, 1989, pp. 319-354.
- HEERS, Jacques. O Mundo Bizantino. In: HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991, p. 243-286.
- HERRERA CAJAS, Hector. Dagoberto y Heraclio. Un capítulo de historia diplomática. In: HERRERA CAJAS, Hector. *Dimensiones de la Cultura Bizantina. Arte, Poder y Legado Histórico*. Santiago: Coed. de la Universidad de Chile y la Universidad Gabriela Mistral, 1998. Disponível em: [www.demartinenchile.com/.../Hector%20Herrera/heraclio%20\(texto\).doc](http://www.demartinenchile.com/.../Hector%20Herrera/heraclio%20(texto).doc). Acesso em 23 de dezembro de 2010.
- KAEGI, Walter Emil. *Heraclius, emperor of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KAEGI, Walter Emil. *Muslim Expansion and Byzantine Collapse in North Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Volume 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 425-457.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. São Paulo: Vozes, 2010a.

- LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coords.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval II*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006, pp. 395-413.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 2010b.
- LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Estampa, 1982.
- LOT, Ferdinand. *O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LOYN, H. R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MACEDO, José Rivair. Tempo, Providência e Apocalipse na *Historia Francorum*, de Gregório de Tours. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, 12, 1999, pp. 59-77. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/12/12art6.pdf>>. Acesso em 4 de fevereiro de 2011.
- MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana (séculos VII-XI)*. São Paulo: Pioneira Editora, 1977.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dirs.). *História da vida privada I. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 399-529.
- ROUCHE, Michel. Les baptêmes forcés de Juifs en Gaule mérovingienne et dans l'Empire d'Orient. In: ROUCHE, Michel. *Le choc des Cultures: Romanité, Germanité, Chrétienté, durant le Haut Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2003, pp. 223-242.
- SILVA, Marcelo Cândido da. Providencialismo e história política nos *Decem libri Historiarum*, de Gregório de Tours. *Varia História*, Belo Horizonte, 28, 2002, pp. 137-160. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/28p137.pdf>. Acesso em 01/03/2011.
- _____; MAZETTO JUNIOR, Milton. A realeza nas fontes do período merovíngio (séculos VI-VIII). *História Revista (UFG)* 11 (1) 2006, pp. 89-119. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/download/10070/6791>>. Acesso em 1 de março de 2011.
- TOLAN, John Victor. *Sarracenos: El Islam en la imaginación medieval europea*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2007.
- WALLACE-HADRILL, John Michael. Fredegar and the History of France. In: WALLACE-HADRILL, John Michael. *The long-haired kings and other studies in frankish history*. London: Butler & Tanner Ltd, 1962, pp. 71-94.

NOTAS

¹ Artigo apresentado no dia 15/04/2011 durante o *Colóquio de Pesquisadores e Pós-Graduandos em História Medieval – Perspectivas de Investigação e Colaboração Científica*, evento realizado na Universidade Federal Fluminense entre 12 e 15 de abril de 2011 e organizado pelo *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF*. O texto, no entanto, é inédito.

² Na opinião de Ferdinand Lot, “Fredegário faz esforços desesperados para escrever em latim. A sua língua, a dos diplomas e das cartas, dos formulários e das vidas de santos (...) é de uma barbaridade quase cômica” (Lot 1985: 332). Para os pesquisadores contemporâneos, a expressão “latim bárbaro” pode ser

aplicada caso for uma referência ao latim usado pelos germanos e caso não tiver nenhuma conotação pejorativa; trata-se, efetivamente, de um “latim corrompido” (Devillers; Meyers 2001: 43).

³ Como nos informa Walter A. Goffart, são três as proposições para a questão do(s) autor(es) da *Crônica*: a teoria do alemão Bruno Krusch, lançada pela primeira vez em 1882, na qual defende que a *Crônica* é o resultado da composição de três autores que trabalharam em períodos diferentes; a teoria de outro alemão, Siegmund Hellmann (1934), apoiada mais tarde pelo inglês John Michael Wallace-Hadrill (1960), argumentando que, embora a maior parte da obra seja o trabalho de um homem, um segundo autor escreveu uma porção do *Livro IV*; finalmente, a ideia de uma única autoria, trazida à tona pelo francês Ferdinand Lot (1914) (Goffart 1989: 320). Desde a década de 1960, as edições e os estudos preferem indicar apenas um autor para a *Crônica*: Walter A. Goffart (1963), Alvar Erikson (1965), Andreas Kusternig (1982) e Alexander Callander Murray (1999), por exemplo. Para a perspectiva de Wallace-Hadrill, ver Wallace-Hadrill 1962: 73-74.

⁴ Todas as traduções são de minha autoria. As fontes mencionadas são: a *Chronicon*, de São Jerônimo (c. 347-420) que, por sua vez, é baseada na *Chronicon*, de Eusébio de Cesareia (c. 265-339); a *Crônica*, de Idácio de Chaves (c. 395-468); o *Liber generationes*, de Hipólito de Roma (c. 170-235), autor chamado no *Prólogo* de “sábio anônimo”; as cronologias de Isidoro de Sevilha (c. 560-636); e um resumo dos seis primeiros livros dos *Decem Libri Historiarum*, de Gregório de Tours. Sobre as fontes que Fredegário usou para compilar os três primeiros livros, ver Goffart (1989: 322-329) e Wallace-Hadrill (1962: 72-78).

⁵ Para compor o *Livro IV*, Fredegário recolheu informações “des annales bourguignonnes, des écrits relatifs aux affaires d’Italie, d’Espagne et de l’Empire d’Orient, des privilèges épiscopaux de fondation d’abbaye, des exemplaires de pactes et de traités, des correspondances (comme celle du roi Sisebut), des Vies de saints (celle de saint Colomban, peut-être aussi celle de saint Didier), et sans doute pour les derniers événements, des témoignages oraux et des souvenirs personnels” (Devillers; Meyers 2001: 24).

⁶ Em 629, após a vitória sobre os sassânidas, Heráclio passou a empregar o título de *basileus* (βασιλεύς). Como destaca Jacques Le Goff, esse termo significa “rei”, e não “imperador”, como normalmente o traduzimos (Le Goff 2006: 395).

⁷ A dinastia persa sassânida controlou o Planalto Iraniano e a Mesopotâmia entre 227 e 649. Para mais sobre os sassânidas, ver Claramunt (1995: 45-52). No início do século VII, os persas invadiram os territórios bizantinos da Anatólia, Síria-Palestina e Egito. Em resposta à expansão sassânida, o Imperador Heráclio reuniu o exército e marchou rumo ao Oriente (622). Após uma longa campanha, em 627 finalmente as tropas bizantinas conseguiram uma vitória decisiva próximo das ruínas de Nínive, antiga capital assíria. No ano seguinte, o soberano persa Cósroes II (591-628) foi morto e, depois, os sucessores dele capitularam. Logo a Síria-Palestina (incluindo Jerusalém) e as demais províncias foram recuperadas.

⁸ Para Santo Agostinho, Deus podia mudar a ordem da natureza; logo, Ele também comandava a variação dos astros, como quando “a estrela mais famosa pelo tamanho e pelo esplendor mudou de cor, de magnitude, de aspecto e, o que é mais estranho, **mudou a ordem e a lei de seu curso. Perturbou, sem dúvida, todos os mapas astrológicos (...), tão infalíveis, segundo eles**, que se atrevem a aventurar não haver-se produzido nem antes nem depois essa mudança do luzeiro da manhã” (Santo Agostinho 1990: 496) (grifo nosso).

⁹ Rei franco da Austrásia (623-634), da Borgonha (629-639) e da Nêustria (629-639).

¹⁰ Outro autor lido por Fredegário que apresentava um sentido escatológico foi Gregório de Tours. Para a dimensão escatológica da obra do bispo de Tours, ver Macedo (1999: 71-75).

¹¹ O autor assinala: “le chroniqueur franc [Fredegário] et ses contemporaines aient pu admettre comme normale l’intervencion législative de l’empereur de Constantinople dans le gouvernement du royaume de Dagobert” (Gasquet 1888: 207).

¹² De acordo com o Antigo Testamento (*Gênesis*, capítulos 16 e 21), Agar ou Hagar é o nome da serviçal egípcia de Sara, esposa do patriarca Abraão. Ismael, filho da união entre Abraão e Agar, é considerado o ascendente primordial do povo árabe.

¹³ Trata-se da *Historiae adversum Paganos* (“História contra os Pagãos”), obra do sacerdote cristão e historiador hispano-romano Paulo Orósio (c. 385-420). No entanto, de acordo com Olivier Devillers e Jean Meyers (2001: 157), nenhuma dessas informações aparece nessa obra; provavelmente Fredegário a confundiu com a *Chronicon*, de São Jerônimo, efetivamente o texto que contém o assunto.

¹⁴ A lenda do aprisionamento dos povos “bárbaros” por Alexandre foi reforçada por Estrabão (c. 64 a.C.-24 d.C), Plínio, o Velho (c. 23-79) e Procópio de Cesareia (c. 500-562), sendo propagada no Ocidente cristão, onde sobreviveu por toda a Idade Média, mas sofreu reformulações, como, por exemplo, nas *Viagens de Jean de Mandeville* (c. 1356-1357): “Nessa mesma região estão os Montes do Cáspio (...). Entre essas montanhas estão encerrados os judeus de dez linhagens, conhecidos com o nome de Gog e Magog, os quais não podem sair para parte alguma. (...) O rei Alexandre encurralou-os entre essas montanhas, onde pensava deixá-los detidos com a ajuda de seus homens, porém, quando viu que essa obra era impossível de levar a cabo, rogou a Deus da natureza que concluísse a obra que ele havia iniciado. E apesar de não se digno de ser ouvido, Deus, por sua graça, juntos as montanhas (...). dizem que [os judeus] sairão em tempos do Anticristo e que levarão a cabo uma grande matança de cristãos, por isso, todos os judeus que vivem em qualquer outra parte do mundo aprendem hebreu, com a esperança de que, quando aqueles das montanhas do Cáspio saírem, possam entendê-los e conduzi-los à cristandade para destruírem os cristãos” (Jean de Mandeville 2007: 226-227). Para as fontes que introduziram essa lenda no Ocidente cristão, ver Custódio (2006: 113-114).

¹⁵ Marc Bloch cita uma passagem do monge beneditino Remi d’Auxerre (c. 841-908) segundo a qual “‘numerosas pessoas’ julgavam reconhecer [nos magiares] os povos de Gog e Magog, anunciadores do Anti-Cristo. Estas calamidades eram entendidas como um castigo divino” (apud Bloch 1987: 71).

¹⁶ Já no Antigo Testamento (*Livro de Ezequiel*, capítulo 38, versículos 15-16) uma profecia aponta que “virás da tua terra, do extremo norte, tu e povos numerosos contigo, todos eles montados em cavalos, uma assembléia enorme e um exército imenso! Subirás contra o meu povo Israel, como uma nuvem cobrirás a terra. Isto acontecerá no fim dos dias. Naquele tempo te trarei contra a minha terra, a fim de que as nações me conheçam, quando eu me santificar aos olhos de Gog”.

¹⁷ Fredegário refere-se ao *monofisismo* (de *monos*, um, e *physis*, natureza), “movimento cismático e, em última instância, herético, que se propagou do Egito ao Oriente, tendo por origem a exagerada insistência em uma só natureza do Cristo [a divina]” (Loyn 1990: 262). Como nos informa Heers, “para conduzir novamente os monofisitas à ortodoxia, o imperador [Heráclio] propôs, pelo tratado de *Echtesis* (638), uma nova doutrina conciliadora, o *monotelismo*; mas já era muito tarde e a iniciativa só teve por resultado pôr ressentimento entre Roma e Constantinopla” (Heers 1991: 255).

¹⁸ Na realidade, o casamento entre Heráclio e Martina havia ocorrido anos antes, mas não se sabe ao certo exatamente quando: em 614, segundo Louis Bréhier, ou seja, dois anos após a morte de Eudokia (c. 580-612), primeira esposa do Imperador; em 622/623, de acordo com Walter Kaegi (Bréhier 1948: 55; Kaegi 2003: 106).

¹⁹ “Mesmo quando [Gregório de Tours] descreve aqueles que considera como príncipes ideais, Clóvis ou Gontrão, não busca diminuir seus erros” (Silva 2002: 159).

²⁰ Para a clássica tese de Henri Pirenne, ver Pirenne (1970). O debate historiográfico suscitado pode ser observado em Bark (1979: 16-47).

²¹ Sobre a “Segunda Expansão Muçulmana”, ver Mantran (1977: 104-109). Segundo Peter Brown, “não foi o fogo grego da esquadra bizantina, em Constantinopla, em 717, nem a cavalaria franca de Carlos Martel, em Tours, em 732, que paralisou a máquina de guerra dos Árabes. Foi a fundação de Bagdad. Com o estabelecimento do califado abássida, os lentos ideais paralisadores de uma dispendiosa e vasta administração imperial substituem a terrível mobilidade dos exércitos beduínos” (Brown 1972: 215-216).